

Entrevista
com
Ana Lúcia Barros



Ana Lúcia Barros certamente não é uma psicanalista comum. A mãe foi presa política, a irmã banida política, o ex-marido cassado, o cunhado assassinado pela ditadura militar; Ana Lúcia dedicou e dedica sua vida à militância que ela entende e pratica sob o prisma da psicanálise, em que o fazer psicanalítico se implica como parte integrante de um movimento social e cultural mais amplo. Trabalhou por mais de trinta anos como psicóloga do serviço médico da Justiça do Estado do Rio, onde formou uma equipe de atendimento de oito psicólogas que realizou, com uma abordagem psicanalítica, também um trabalho de análise institucional para grupos que iam desde chefes de serviço até o pessoal da limpeza. Trabalhou em projetos sociais com detentos dos presídios de Bangu 1, 2 e 3. Fundou o CESOP, Centro de Estudos Sócio-Psicanalíticos, instituição de auto-gestão reconhecida como de utilidade pública que ofereceu durante muitos anos formação livre focada na análise institucional, na psicanálise e na filosofia. Sua residência é a Casa Alto-Lapa Santa, em Santa Teresa, cercada de árvores. Isso mesmo, sua casa é em grande parte aberta ao público. Nela, hoje, Ana Lúcia continua realizando seus atendimentos psicanalíticos individuais, mas também eventos sociais e culturais nos quais emprega presos em liberdade condicional e habitantes de rua. A sala de seu consultório é aconchegante, com uma vista deslumbrante sobre a cidade, seu divã é cercado de obras de arte e de artesanato, e, nas estantes, livros de psicanálise, história, arte e literatura. Na parede, um pôster de Deleuze e um outro dos *Cadernos*

de Psicanálise do Círculo, do volume “Édipo revisitado”. Entusiasta da psicanálise e da clínica psicanalítica ampliada, sua fala, tal como sua atividade, é plena de vigor, e seus olhos brilham quando fala de seu trabalho, verdadeira devoção, de psicanálise social e de política da amizade e da alegria. Como um componente de sua alegria está embutida a dor da “resistência”, praticada “como resistência” em meio à violência social e política da cidade – diante da qual, insiste, a psicanálise não pode se calar.



CPB: *Como você descreveria o seu trabalho de psicanalista?*

Ana Lúcia: Sou atípica, não precisei entrar no mercado. Não sou só psicanalista, sou também psicanalista; fiz análise institucional com enfoque psicanalítico a vida inteira, e sempre trabalhei com pessoas que vivem em condições de precariedade, presidiários, moradores de rua. Sou muito implicada com as pessoas que passaram pelo que Goffman, e depois Foucault, chamou de instituições totais – prisões, hospícios... Trabalho sobretudo com uma clínica da precarização social, com um público que vive diariamente um estado de violência. Atendi, por exemplo, um ex-traficante do Comando Vermelho que casou com uma moça estuprada pelo próprio pai. Foi preciso trabalhar com a mãe, a esposa, o delegado, o pastor... Hoje ele faz cinema. Uma outra teve três tios assassinados, o irmão estuprou a filha; ela faz bolos, esse ano ela vai fazer o Enem. Trabalho as relações humanas, buscando contribuir para que não sejam desumanas. Hoje minha clínica é uma clínica da dor. Não há mais amenidades. A psicanálise pode contribuir com um trabalho de cidadania, pois a cidadania passa pela escuta da dor do outro; ela pode contribuir para uma sociedade em que se valorize mais o coletivo e a amizade.

CPB: *Qual a relação que você estabelece e vive entre sua história pessoal e o trabalho psicanalítico?*

Ana Lúcia: Sofri muito na vida, presenciei muito sofrimento em torno de mim. Me identifico com o sofrimento do outro, sinto a dor dele. Mas sempre fiz e faço do sofrimento um motor para a ação. Tiro dele minha força e minha alegria. A luta continua, significa: a vida continua. O que faz sentido para mim são as políticas da amizade, as políticas da alegria. Não acredito na interiorização narcísica da clínica psicanalítica, na psicanálise como uma perícia de si mesmo, no uso da teoria psicanalítica como um receituário. A psicanálise tem que evitar a iatrogenização, de levar o paciente a fazer da sua vida a clínica de

dois indivíduos fechados numa sala. Vivemos na dor, é importante não banalizar isso para poder sentir a alegria de viver, para não se sentir impotente diante da vida. A psicanálise tem que ser um bom encontro para o paciente, favorecer seus bons encontros e a alegria, como diz Spinoza.

CPB: *Como você vê a psicanálise hoje?*

Ana Lúcia: É muito bom existir uma sociedade psicanalítica como o Círculo, onde as pessoas lêem Ferenczi e Winnicott. Entendo a psicanálise como podendo oferecer uma escuta diferenciada para as pessoas na sociedade, na coletividade, onde elas vivem, implicando-se com as pessoas efetivamente. Por isso acredito numa clínica ampliada. Lastimo que as pessoas fiquem somente em seus consultórios. Cada um faz o que pode, claro. Mas entendo, por exemplo, que as supervisões devem ser feitas em grupos transversais, ter um efeito multiplicador, não se fechar numa transmissão endógena, onde o supervisor possa exercer um poder sobre o supervisionando. Valorizo uma formação psicanalítica que não seja de mercado. Muitas sociedades ainda funcionam voltadas para uma produção de mercado, isso não é ético. Essa é uma das violências da psicanálise. Uma violência simbólica sobre as cabeças alheias, de quem está ali confiando no analista. Fico feliz de o Círculo não estar nisso.

CPB: *Você vê a psicanálise como intrinsecamente política?*

Ana Lúcia: Há muito abandonei o papel de vanguarda. Continuo apoiando as redes de resistência. Para mim, resistir é re-existir. Trabalho psicanálise nesse momento com as crianças de Santa Tereza; foi muito chocante o acidente com o bonde, que matou e feriu gravemente tanta gente por falta de manutenção; a população do bairro, sobretudo as crianças, precisa elaborar isso, foi muito violento. Apoio essas redes, participo delas. Minha casa agora acolhe shows de música, peças de teatro, saraus de poesia, eventos culturais de quem não tem onde mostrar seu talento, e quem trabalha nela são ex-detentos em liberdade condicional, moradores de rua; participo dos movimentos pela descriminalização da maconha, de políticas de prevenção das DST, com população drogada, com população jovem que quer sair do tráfico. É preciso estar perto das comunidades senão as pessoas não aceitam, não têm como aceitar esse apoio. Acredito na transversalidade da psicanálise. Dentro dos grupos, com as pessoas inseridas em seus grupos sociais reais, o jogo de subjetividades é muito mais forte, é uma trama; trabalhar apenas com o individual é pouco, falseia o que acontece com a pessoa. A vida individual é intrinsecamente comunitária e dinâmica. A psicanálise esquece isso com muita facilidade. Tem

dificuldade de entender que a violência é social. O que me toca são as políticas da amizade, a ética do entre-nós de Lévinas. O que me atrai é o *setting* das relações sociais efetivas, gosto de trabalhar em todos os níveis da formação das subjetividades, não somente no individual, mas no individual inserido na sua coletividade. Faço até hoje clínica individual. Tenho inclusive pacientes de outros estados que vêm nos fins de semana. Não são pessoas rígidas, são pacientes que ficam entediados com a clínica privada tradicional. Não consigo separar minha clínica individual de meu trabalho no coletivo, que faço com a psicanálise e com a filosofia; e não paro de ler literatura. No individual ou no coletivo, não há como o psicanalista não ser uma figura de identificação, mesmo não acreditando muito nisso.

CPB: *Fale mais sobre essa implicação do individual no coletivo.*

Ana Lúcia: É a vida que está em questão, é ela que pede para ser compreendida, e vida é coletiva. Tenho uma implicação política com as subjetividades, que não se dão dessa ou daquela maneira de forma isolada. Faço e proponho uma psicanálise social, uma clínica da subjetividade. Lutar, agir, faz lidar melhor com a própria loucura, que todos têm. E é o coletivo que segura isso, que dá sustentação. A saúde psíquica do indivíduo está ligada à população. Significa a capacidade de agir, de ter alegria e de se abrir para o outro. Quero promover a alegria no sofrimento na resistência. Resistir é re-existir, recriar, um criar coletivo. O brasileiro é o último povo alegre da Terra – que treco esquisito isso! Conviver com esse pessoal lutador e criativo é intenso. No momento da tentativa da prefeitura de remoção de comunidades em Santa Tereza, fizemos um movimento coletivo de melhoria das casas para que não fosse necessária a remoção. A militância na versão contemporânea é a intervenção por redes de resistência. Reagir ao biopoder é hoje o verdadeiro levante; são biolutas. Denunciar a canalhice dos que fomentam a precariedade e tentam impedir os movimentos sociais. O movimento que se formou a partir do acidente do bonde é simbólico da integração social em redes de implicação: integra turistas brasileiros e estrangeiros, comunidade e classe média. É preciso dar dignidade social, material e simbólica à pobreza. A maior violência em nosso país é o estado de precariedade social, a má distribuição de renda, a indiferença em relação a isso tudo. A passividade e a alienação dos problemas sociais adoecem toda a sociedade. Preocupar-se com isso não é ser comunista ou louco, é implicar-se com a vida coletiva.

CPB: *Como você vê a clínica social do Círculo?*

Ana Lúcia: A iniciativa de uma clínica social nos moldes de Katrin Kemper e Hélio Pelegrino é muito bem-vinda. É um início de caminho. É importante entender que cada um faz o que pode.

CPB: *Você se sente sozinha no seu trabalho?*

Ana Lúcia: Ainda me sinto muitas vezes sozinha no ambiente da psicanálise, mas não na vida nem no meu trabalho. Hoje tenho um apoio muito grande de artistas, músicos, professores, camelôs, trabalhadores... Sempre fiz questão de ser livre, de poder dizer o que penso. Sempre caminhei na contra-mão – mas nunca naveguei contra a maré: procuro sempre afirmar a realidade. Já me senti muito sozinha, mas hoje não me sinto mais solitária.